

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA



Presidente será homenageado no Sambódromo

O risco de o samba de Lula atravessar na Avenida

Apesar do entusiasmo do primeiro casal do Planalto, Lula e Janja, integrantes do governo avaliam que a homenagem ao presidente que será feita pela Acadêmicos de Niterói tende a ser mais problemática do que vantajosa. Isso, pelas inevitáveis acusações de uso de máquina pública e de propaganda eleitoral antecipada e ilegal.

Por via das dúvidas, a ordem agora é tentar botar corda no bloco dos foliões mais animados e, assim, tentar evitar ao máximo qualquer gesto que possa ser interpretado como excessivo.

Um baluarte petista disse ao Correio Bastidores que não há qualquer chance de Lula desfilar. Assistirá ao desfile no camarote do prefeito Eduardo Paes (PSD).

Cartão amarelo para Janja

A presença de Janja Lula da Silva também virou dúvida na escalação da Acadêmicos. Ela, que desfilou sexta-feira, no ensaio técnico no Sambódromo, foi aconselhada a não pisar na pista no próximo domingo.

Além de eventuais problemas de ordem eleitoral, há outro problema: pesquisas mostram que ela não chega a ser uma pessoa muito popular, e sua presença no desfile poderia ajudar a despertar vrias de parte do público.

Clauber Cleber Caetano



TV Brasil transmitiu fala do então presidente

Cuidado na transmissão

Houve determinações também para que as emissoras oficiais sejam comedidas na cobertura, até pelo exemplo de Jair Bolsonaro.

O ex-presidente foi declarado inegável pelo Tribunal Superior Eleitoral em dois processos. O primeiro está relacionado à transmissão, pela TV Brasil, do evento em que ele reuniu embaixadores no Palácio da Alvorada para criticar a urna eletrônica e falar em risco de fraude na eleição. O uso da emissora foi considerado uma forma de abuso de poder político.

Sem destaque

A coluna apurou que a ida de Lula no Sambódromo será tratada com discrição pela TV Brasil, que fará a cobertura jornalística do evento.

Já o Canal Gov, veículo oficial do governo, deverá ignorar as presenças de Lula no Rio e nos carnavales de Salvador (BA) e Recife (PE). Isto porque a presença do presidente em festas não é um ato de governo.

Pai desconhecido

O medo de consequências negativas é tamanho que, no Planalto, já há quem arrisque apontar quem seria o eventual responsável pela decisão da Acadêmicos de Niterói homenagear Lula. Até agora, ninguém levantou o dedo — sinal de que deu problema. Caso contrário, o filho bonito teria muitos pais.

Evolução

Por falar no Carnaval carioca: não será surpresa se o destino da CPMI do Master for decidido no Sambódromo. No domingo, além de Lula, estará por lá o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que aprovou o patrocínio de R\$ 10 milhões do governo do Amapá à Mangueira.

Amapá na pista

O camarote e a concentração da Verde e Rosa prometem ser palco de muitas conversas políticas. O líder do governo no Congresso, Senado, Randolfe Rodrigues (PT), também deverá estar por lá — afinal, também representa o Amapá, de onde saiu o personagem (Mestre Sacaca) que virou enredo da Mangueira.

Buraco no desfile

O grande mistério é saber se Alcolumbre vai botar a CPMI do Master para andar. Para isso, basta convocar uma sessão do Congresso. O problema é que o aprofundamento das investigações tende a complicar a vida de muita importante, de diversos partidos e dos três poderes. Nem o próprio Alcolumbre estaria livre de suspeitas.

Empate

Para bancar a CPMI, um grupo tem que admitir que ganhos serão maiores que perdas (e tem que convencer aliados que ficarão com a corda no pescoço). Forças também podem se anular: a oposição tentou botar Lulinha na CPI do INSS; o governo acenou com Flávio Bolsonaro. Deve ficar no zero a zero.

Julgamento

Vida sem fantasia: hoje começa, no Rio, o julgamento dos dois PMs acusados pelo homicídio do adolescente Thiago Menezes Flausino, de 13 anos, ocorrido em 2023, na Cidade de Deus. Segundo o Ministério Público, os policiais estavam em um carro descharacterizado e dispararam vários tiros de fuzil na vítima.



Reação negativa deve levar Congresso a não derrubar o veto

Lula deve vetar aumentos do Legislativo

E Congresso deverá ter cautela caso queira derrubar o veto

Por Gabriela Gallo

Na expectativa do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) para definir uma liminar do ministro Flávio Dino que determina a suspensão dos chamados “penduricalhos” dos três Poderes, agendado para o dia 25, a expectativa para os próximos dias é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vete novos benefícios e supersalários ao poder Legislativo.

No final de semana, durante conversa com líderes na Bahia, o presidente sinalizou que deve vetar o projeto do Congresso que aumenta os salários dos congressistas e concede uma série de benefícios que equiparam os penduricalhos do Legislativo com o Judiciário.

Contudo, ao Correio da Manhã, o professor de ciência política do Ibmc Brasília Leandro Gabiati avaliou que o presidente não deve vetar integralmente o projeto do Congresso, mantendo a reestruturação de carreira de funcionários do Legislativo, mas cortando exageros.

“Uma coisa são os penduricalhos, e outra coisa é a reestruturação da carreira do Congresso. De fato, há pontos em comum, mas nem tudo entra dentro dos penduricalhos”, afirmou Gabiati.

Mal avaliada

A decisão da Câmara dos Deputados de aprovar em regime de urgência e em votação simbólica os projetos que rees-

truturam a carreira dos servidores do poder Legislativo e concede uma série de benefícios (como uma licença compensatória de um dia a cada três dias normais de trabalho, que pode ser “vendida”) no segundo dia de trabalho foi mal avaliada pela população. As críticas ainda se acentuam considerando que 2026 é ano eleitoral, somadas às constantes críticas da oposição (vinda, em parte, dos próprios parlamentares) de que o governo precisa cortar gastos.

Nesse contexto, o coordenador jurídico da BMJ Consultores Associados Aroldo Oliveira avaliou que, caso Lula de fato vete a medida, as chances de o Congresso derrubar o veto presidencial dos penduricalhos do Legislativo são baixas. “Com a determinação do [ministro do STF] Dino, de que se edite uma lei que regulamente essas verbas indenizatórias, acredito que o Congresso direcionará os seus esforços para essa lei”, ponderou.

Na mesma linha, o diretor da consultoria global Burson e professor de Políticas Públicas do Ibmc DF Eduardo Galvão também completa que a tendência é que o Congresso Nacional busque uma “saída intermediária”, que pode variar em manter o voto, fatiar o tema, ajustá-lo em projetos futuros ou até adiar a discussão “para um momento de menor pressão pública”.